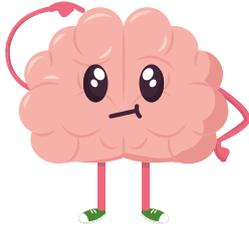


# MAPAS MENTAIS NA PRÁTICA



**São realmente eficientes? Veja você mesmo..**  
Algumas questões objetivas e discursivas com as respostas nos mapas mentais

## Questões objetivas

### Polícia Penal do Piauí 2024

#### NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

21. "Brasil em Constituição": os artigos da Carta de 88 que garantem direitos e liberdades individuais. A série especial do Jornal Nacional se aprofunda em determinados artigos da lei maior do país. A Constituição de 88 tem coração. Ele é o artigo 5º, que começa dizendo: "**Todos são iguais perante a lei**". Por dois motivos, os juristas comparam esse artigo a um dos principais órgãos do corpo humano: primeiro porque ele é considerado o centro de toda a Constituição e também porque protege, acima de tudo, o ser humano.

Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/brasil-em-constituicao/noticia/2022/09/06/brasil-em-constituicao-os-artigos-da-carta-de-88-que-garantem-direitos-e-liberdades-individuais.ghtml>. Acesso em 07/03/2024. Em conformidade com os termos da Constituição Federal de 1988.

No que se refere aos direitos e garantias individuais, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A tutela da inviolabilidade do domicílio, decorrente da Constituição Federal, apenas admite o ingresso na casa de alguém mediante o seu consentimento ou em caso de flagrante delito ou, ainda, a qualquer hora, mediante prévia determinação judicial.
- b) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suspensas suas atividades por decisão judicial transitada em julgado.
- c) Todos podem reunir-se pacificamente sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- d) É assegurado somente a determinadas pessoas o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- e) A prática do racismo, que está prevista na Constituição, constitui crime inafiançável, sujeito à pena de detenção, nos termos da resolução que explica as condutas.



TODOS PODEM **REUNIR-SE PACIFICAMENTE**, SEM ARMAS, EM LOCAIS ABERTOS AO PÚBLICO, **INDEPENDENTEMENTE DE AUTORIZAÇÃO**, DESDE QUE NÃO FRUSTREM OUTRA REUNIÃO ANTERIORMENTE CONVOCADA PARA O MESMO LOCAL, **SENDO APENAS EXIGIDO PRÉVIO AVISO A AUTORIDADE COMPETENTE**



23. A Constituição Federal atua como fundamento de validade das ordens jurídicas parciais e centrais. Ela confere unidade à ordem jurídica do Estado Federal, com o propósito de traçar um compromisso entre as aspirações de cada região e os interesses comuns às esferas locais em conjunto. O Estado federal brasileiro é constituído pelas esferas de governo: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A respeito da organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- b) É competência comum da União e dos Estados explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais.
- c) É de competência privativa da União promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- d) Os Municípios podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Municípios ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- e) É assegurada, nos termos da lei, somente à União e aos Municípios, a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.



ESTABELECEER CULTOS RELIGIOSOS OU IGREJAS SUBVENCIONÁ-LOS OU EMBARAÇAR-LHES O FUNCIONAMENTO OU MANTER COM ELAS OU SEUS REPRESENTANTES RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA OU ALIANÇA, RESSALVADA, NA FORMA DA LEI COLABORAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

**CRIAR DISTINÇÕES** ENTRE BRASILEIROS OU PREFERÊNCIAS ENTRE SI

**RECUSAR FÉ** AOS DOCUMENTOS PÚBLICOS

<p>criação, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E DESMEMBRAMENTO DE <b>MUNICÍPIOS</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CONSULTA PRÉVIA - PLEBISCITO</li> <li>• POR LEI <b>ESTADUAL</b></li> <li>• LEI COMPLEMENTAR FEDERAL ESTABELECE O PROCEDIMENTO E PERÍODO</li> <li>• ESTUDOS DE VIABILIDADE MUNICIPAL</li> </ul>
---	---

24. "A tripartição dos Poderes no sistema jurídico pátrio é, hodiernamente, consagrada por normatividade constitucional."

(MASSON, Nathalia. Manual de Direito Constitucional. Bahia: JusPodivm, 2021.)

No quadro de divisão de funções entre os Poderes da República, tocam ao Legislativo as tarefas precípua de legislar e de fiscalizar. Sobre o funcionamento do poder legislativo, segundo o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e cada legislatura terá a duração de oito anos.
- b) Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, e cada Estado e o Distrito Federal elegerão 2 Senadores, com mandato de oito anos.
- c) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- d) Compete privativamente à Câmara dos Deputados, autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.**
- e) Compete ao Senado Federal eleger os membros do Conselho da República.



29. Quanto aos elementos do crime, especialmente ao fato típico, de acordo com o Código Penal Brasileiro e suas disposições, analise a questão e marque a alternativa **CORRETA**.

Pedro, Bombeiro Militar, vê Antônio, seu desafeto, se afogando no rio. Populares pedem que ele o salve, porém, Pedro, propositalmente não o faz, com o intuito de matá-lo. Antônio efetivamente vem a falecer. Neste caso, Pedro cometeu que crime?

- a) Homicídio culposo.
- b) Homicídio doloso, por omissão própria.
- c) Não houve crime.
- d) Homicídio doloso, na modalidade comissiva por omissão.**
- e) Homicídio doloso, por dolo eventual.



30. Sobre o tema da ilicitude e de acordo com o Código Penal Brasileiro e suas disposições, analise a questão e marque a alternativa **CORRETA**.

José, por engano, pega a mala na esteira do aeroporto, levando-a para casa. Após descobrir que a mala que havia pegado não era a sua, volta para o aeroporto e a devolve. Considerando que José é professor de Direito Penal na Universidade Estadual do Piauí, ele cometeu crime?

- a) Sim, furto culposo.
- b) Não, em virtude de erro de tipo.**
- c) Não, em virtude de erro de proibição.
- d) Não, em virtude de erro na execução.
- e) Não, em virtude de causa excludente da punibilidade.



31. Quanto à teoria do crime, de acordo com o Código Penal Brasileiro e suas disposições, analise a questão e marque a alternativa **CORRETA**.

Sobre a parte geral do Código Penal Brasileiro, pode-se dizer que:

- a) Subsiste o instituto da tentativa em caso de desistência voluntária, respondendo o agente não somente pelos atos até então praticados.
- b) O arrependimento eficaz aplica-se somente aos crimes sem violência ou grave ameaça.
- c) Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.
- d) Pune-se a tentativa, com redução da metade, quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- e) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Há isenção de pena, quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

CONSEQUÊNCIA → O AGENTE RESPONDE APENAS PELOS ATOS JÁ PRATICADOS

PENA: PUNIDO COM A PENA DO CRIME CONSUMADO DIMINUIDA DE 1/3 A 2/3.

ART. 20, CAPUT: O ERRO SOBRE ELEMENTO CONSTITUTIVO DO TIPO LEGAL DE CRIME EXCLUI O DOLO, MAS PERMITE A PUNIÇÃO POR CRIME CULPOSO, SE PREVISTO EM LEI.

32. Quanto ao concurso de pessoas, de acordo com o Código Penal Brasileiro e suas disposições, analise a questão e marque a alternativa **CORRETA**.

Arthur combina com José de furtar uma residência. José ficaria no carro esperando, enquanto Arthur arrombaria a casa. Porém, Arthur, ao ingressar na casa, encontra uma mulher e a estupra, fugindo depois com seus pertences. José responderá pelo crime de:

- a) Furto e estupro em concurso material.
- b) Furto e estupro, como autor de furto e partícipe de estupro.
- c) Furto simples.
- d) Furto simples e associação criminosa.
- e) Furto qualificado.

**PERIGO COMUM**  
 → PENA: RECLUSÃO DE 4 A 10 ANOS

**QUALIFICA**  
 É INADMISSÍVEL APLICAR, NO FURTO QUALIFICADO, PELO CONCURSO DE AGENTES, A MAJORANTE DO ROUBO

← **MEDIANTE CONCURSO DE PESSOAS** [6]  
 INCIDIRÁ A QUALIFICADORA AINDA QUE NÃO TENHA SIDO IDENTIFICADO OS COMPARSAS

**PUNIBILIDADE**

**COOPERAÇÃO DOLOGAMENTE DISTINTAS**  
 → APLICA-SE AOS **COAUTORES PARTICIPES**  
 UM DOS AGENTES PRETENDIA AÇÃO CRIMINOSA **MENOS GRAVE** → MAS ACABOU CONCORRENDO PARA UM RESULTADO **MAIS GRAVE**

**PENA** → É APLICADA A PENA DO CRIME QUE PRETENDIA COMETER

**OBS:** SE O RESULTADO + GRAVE ERA **PREVISIVEL** A PENA **AUMENTA ATÉ A METADE**

**CONCURSO DE PESSOAS**  
 @MAPASMENTAIS.DIREITO

33. Sobre as espécies de penas e seus regimes, de acordo com o que prevê expressamente o Código Penal Brasileiro e suas disposições, analise os itens e responda **CORRETAMENTE**.

- I. Considera-se regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média.
- II. Considera-se regime semiaberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- III. Considera-se regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.
- IV. O condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado.
- V. O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto.
- VI. O condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

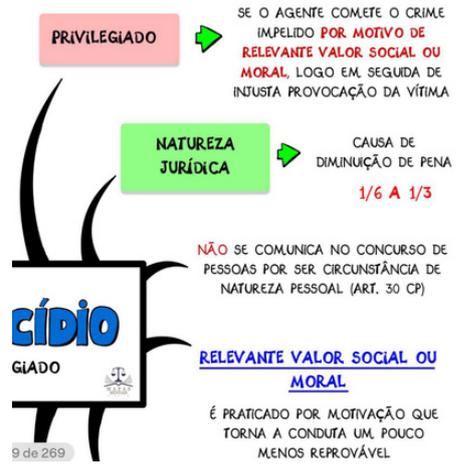
Analisando os itens acima, está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- a) I, II, III e V.
- b) I, II, III, IV e V.
- c) II, III, IV, V e VI.
- d) I, IV, V e VI.
- e) I, II, III, IV, V e VI.

COLÔNIA AGRÍCOLA	CASA DO ALBERGADO	HOSPITAL DE CUSTÓDIA	CADEIA PÚBLICA
DESTINA-SE AO CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME SEMIABERTO, ONDE O PRESO PODERÁ SER ALOJADO EM COMPARTIMENTO COLETIVO	REGIME ABERTO E LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA	É DESTINADO AOS INIMPUTÁVEIS E SEM-IMPUTÁVEIS REFERIDOS NO CP	SE DÁ AOS PRESOS PROVISÓRIOS
	O PRÉDIO DEVERÁ SITUAR-SE NO CENTRO URBANO, SEPARADO DOS DEMAIS ESTABELECIMENTOS E SEM OBSTÁCULOS FÍSICOS P/ FUGA		
			CADA COMARCA TERÁ, PELO MENOS, 1 CADEIA PÚBLICA

34. Quanto aos crimes contra a vida e periclitaco da vida ou da saúde, com base no Código Penal Brasileiro e suas disposies, marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) No delito de Homicídio, há caso de reduo de pena, se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoo, logo em seguida a injusta provocao da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
- b)  considerado qualificado o Homicídio contra menor de 14 (quatorze) anos.
- c) A pena do crime de Induzimento, instigao ou auxílio a suicídio ou a automutilao  aumentada até o dobro, se a conduta  realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real.
- d) No crime de Induzimento, instigao ou auxílio a suicídio ou a automutilao, aplica-se a pena em dobro, se o autor  líder, coordenador ou administrador de grupo, de comunidade ou de rede virtual, ou por estes  responsável.
- e) ** considerado crime de perigo de contágio de moléstia grave: expor alguém, por meio de relaes sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venrea, de que sabe ou deve saber que está contaminado.**



36. Sobre os crimes contra a administrao pública, de acordo com o que prevê o Código Penal Brasileiro e suas disposies, analise os itens abaixo e marque a alternativa **CORRETA**.

- I. João, Polcial Penal do Piaui, patrocinou diretamente interesse privado perante a administrao pública, valendo-se da qualidade de funcionário. Nesse caso, considerando apenas as informaes citadas, João cometeu o crime de Peculato.
- II. Maria Cecília, solicitou, no exercício do cargo de Polcial Penal do Piaui, vantagem indevida a Joaquina para permitir a entrada de um objeto não permitido no estabelecimento penal. Nesse caso, considerando apenas as informaes citadas, Maria Cecília cometeu o crime de Corrupo ativa.
- III. Pedro Dias, Polcial Penal do Piaui, deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Nesse caso, considerando apenas as informaes citadas, ele cometeu o crime de Prevaricao.
- IV. João (conhecido como Z do Furto), opõe-se  execuo de ato legal emanada por policiais militares, momento em que, para não ser preso, João desferiu um soco no rosto de um particular que prestava auxílio aos policiais. Nesse caso, João não responderá pelo crime de Resistência, visto que a violência se deu contra um particular que auxiliava o policial, e não contra o agente público.
- V. Configura-se como crime de Denunciao Caluniosa: Provocar a ao de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contraveno que sabe não se ter verificado.

Analisando os itens acima, está(o) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- a) I, II, III e V.
- b) II e III.
- c) I, IV e V.
- d) III.
- e) **II e V.**



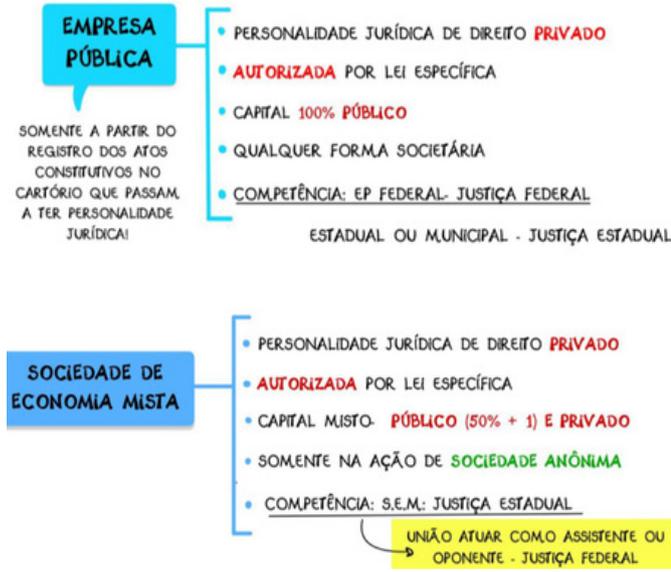
**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

37. O Banco do Brasil é uma empresa com mais de 200 anos de existência e atuou como autoridade monetária até a criação do Banco Central do Brasil, em 1964. Consiste em holding de economia mista com participação majoritária da União, tendo o restante das ações divididas da seguinte forma: 28% com proprietários privados domésticos, 21% com estrangeiros e 0,5% em tesouraria. A CEF (1861) é uma empresa pública presente em quase todo o país. São 4,2 mil pontos de atendimento, entre agências e postos. Tal qual o Banco do Brasil, sua atuação é diversificada, mas é amplamente reconhecida por suas linhas de crédito direcionadas ao financiamento habitacional e ao financiamento de investimentos em saneamento básico.

Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec253Estatais.pdf>. Acesso em 05/03/24.

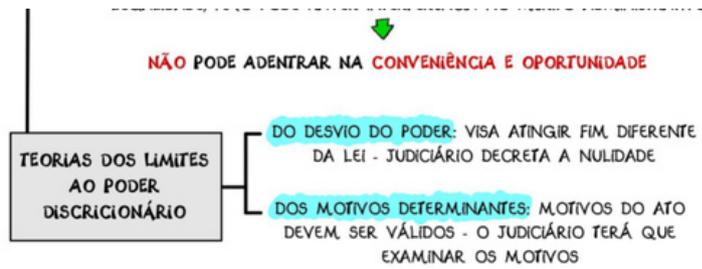
Sobre as empresas públicas e as sociedades de economia mista, é **CORRETO** afirmar que:

- a) São traços de distinção entre empresa pública e sociedade de economia mista o foro processual, a forma jurídica e a composição do capital.
- b) As sociedades de economia mista são constituídas por capital exclusivamente público, mas administradas conjuntamente pela administração e administrado.
- c) É considerada diferença entre sociedade de economia mista e a empresa pública, o desempenho de atividade econômica.
- d) A sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado criada por autorização legislativa, com capital formado por recursos de pessoas de direito público interno ou de pessoas de suas administrações indiretas, para realizar atividades econômicas ou serviços públicos de interesse da administração instituidora, nos moldes da iniciativa privada.
- e) A empresa pública e a sociedade de economia mista são empresas estatais que têm suas demandas julgadas na justiça federal, porque se sujeitam a regime jurídico de direito privado.



38. Segundo o autor Marçal Justen Filho (2022), os atos administrativos são aqueles praticados no exercício da função administrativa, no exercício do direito público, e ensejando a manifestação de vontade do Estado. Sobre os atos administrativos, analise as alternativas e assinale a **CORRETA**.

- a) Até que se prove o contrário, a imperatividade implica a presunção de que os atos administrativos são verdadeiros e estão conforme o direito.
- b) A discricionariedade no ato administrativo autoriza que o gestor possa tomar decisões conforme seus critérios, segundo a sua consciência e que possa fazer a correta justiça.
- c) Quando o agente público se utiliza de um determinado ato para realizar uma satisfação alheia à natureza desse ato, ele comete o desvio de poder.
- d) A licença é uma modalidade de ato administrativo vinculado pelo qual a administração pública faculta ao particular a execução de serviço público ou utilização privativa de bem público.
- e) É vedado o controle da legalidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário.



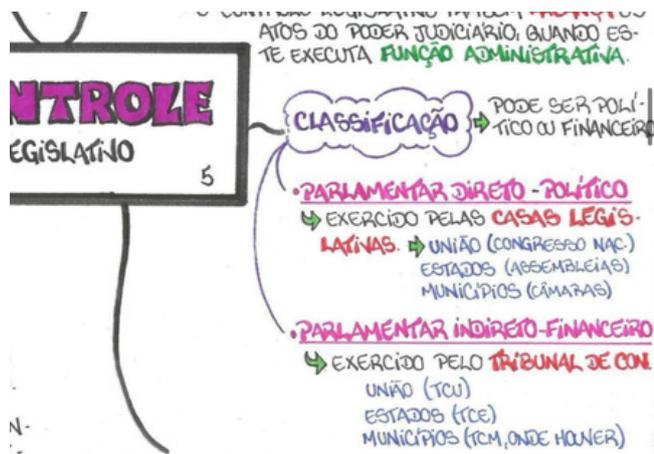
39. Os poderes conferidos à administração pública são instrumentos colocados a sua disposição para a preservação dos interesses da coletividade. O exercício desses poderes deve, ademais, observância aos limites da lei, já que exercidos por mandatários, isto é, por pessoas que atuam em nome de terceiros – a coletividade. Devem, assim, ser utilizados única e exclusivamente para a consecução da finalidade que o agente público deve cumprir, sem nenhuma espécie de excesso ou desvio. Sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O Poder de polícia da Administração Pública tem função meramente repressiva.
- b) O Poder regulamentar é o poder que se refere ao controle estatal dos interesses e das atividades dos particulares, limitando ou disciplinando direitos, interesses ou liberdades individuais, em razão do interesse público.
- c) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera de decisão um ato da competência de agente a ele subordinado.
- d) O Poder de polícia da Administração Pública visa solucionar a tensão entre liberdade individual e defesa do interesse público.
- e) No âmbito do Poder disciplinar, a Administração Pública possui discricionariedade para decidir se apurará, ou não, infração funcional cometida por servidor.



40. O Controle da Administração é "o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de poder" (CARVALHO FILHO, José dos Santos, 2008, p. 836). No tocante ao controle da administração pública no Brasil, considere o sistema de controle interno e externo. O sistema de controle interno envolve a fiscalização exercida no âmbito de cada entidade pública, enquanto o controle externo é realizado por órgãos independentes. Sobre o controle externo, leia as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.

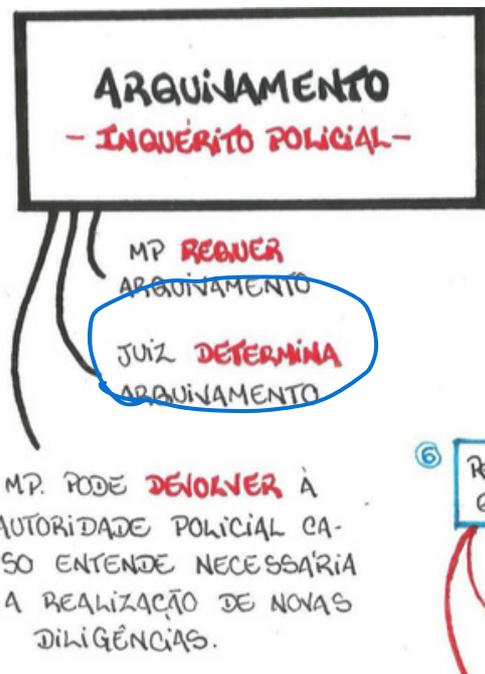
- a) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é o órgão encarregado do controle externo da administração pública, zelando pela eficiência e probidade do Poder Judiciário em todas as esferas.
- b) A Controladoria-Geral da União (CGU) é responsável por promover o controle externo da administração pública estadual, atuando na prevenção e combate à corrupção, além de fiscalizar a aplicação dos recursos federais nos estados.
- c) O Controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.**
- d) O Supremo Tribunal Federal (STF) é o principal órgão responsável pelo controle externo da administração pública federal, atuando na fiscalização dos recursos públicos e na garantia da observância da Constituição.
- e) O controle externo é exercido apenas pelo Ministério Público Federal, que tem a prerrogativa de fiscalizar a legalidade dos atos administrativos.



**NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**

43. De acordo expressamente com o Código de Processo Penal Brasileiro, no que diz respeito ao Inquérito Policial, analise a questão e marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- b) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- c) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- d) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- e) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pelo Ministério Público, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.**



44. Com base expressamente no que dispõe o Código de Processo Penal Brasileiro, no que diz respeito ao Inquérito Policial, analise a questão e marque a alternativa **CORRETA**.

- a) O inquérito poderá terminar no prazo de 30 dias, se o indiciado tiver sido preso em solto, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 10 dias, quando estiver preso em flagrante, mediante fiança ou sem ela.
- b) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.**
- c) O inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 10 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- d) O inquérito poderá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- e) O inquérito poderá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, naquela hipótese, a partir do dia em que se determinar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

PREVISÃO LEGAL	PRÉSO	SOLTO
CPP - REGRA GERAL	10 DIAS PRORROGÁVEIS POR ATÉ 15 DIAS ↳ P. ANTICRIME	30 DIAS, PRORROGÁVEIS
POLÍCIA FEDERAL	15 DIAS + 15	30 DIAS
LEI DE DROGAS	30 DIAS + 30	90 DIAS + 90
INQUÉRITO MILITAR	20 DIAS	40 DIAS + 20
CRIMES C/ ECONOMIA POPULAR	10 DIAS	10 DIAS

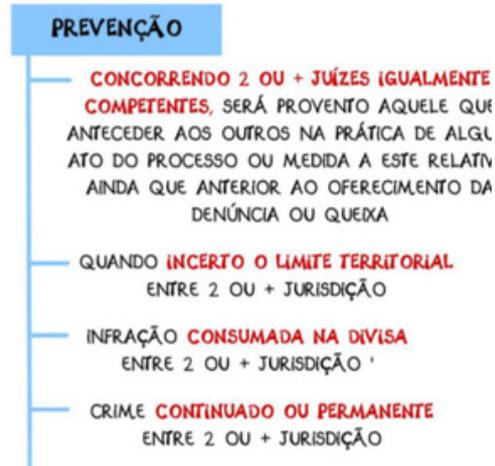
45. Com base expressamente no que dispõe o Código de Processo Penal Brasileiro, no que diz respeito ao instituto da Ação Penal, analise a questão e marque a alternativa **CORRETA**.

- a) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e a autoridade policial velará pela sua indivisibilidade.
- b) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.**
- c) A renúncia expressa constará de declaração assinada pelo ofendido, por seu representante legal ou procurador com poderes especiais. A renúncia do representante legal do menor que houver completado 18 (dezoito) anos privará este do direito de queixa.
- d) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, produzindo, inclusive, efeito em relação ao que o recusar.
- e) Se o querelante for menor de 24 e maior de 18 anos, o direito de perdão poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal, mas o perdão concedido por um, havendo oposição do outro, não produzirá efeito.

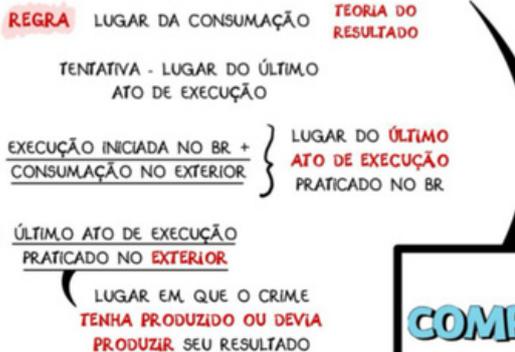
PRINCÍPIOS
<b>DISPONIBILIDADE:</b> O QUERELANTE PODE DISPOR DA AÇÃO MESMO DEPOIS DE OFERECIDA A QUEIXA-CRIME, SEJA PERDOANDO OU PELA PEREMPÇÃO
<b>OPORTUNIDADE:</b> CABE AO TITULAR O DIREITO DE PROPOR OU NÃO A AÇÃO.
<b>INDIVISIBILIDADE:</b> DEVE CONTER TODOS OS AUTORES, ASSIM COMO A RENÚNCIA E O PERDÃO A UM DOS COAUTORES SE ESTENDEM AOS DEMAIS

46. De acordo expressamente com o que dispõe o Código de Processo Penal Brasileiro, no que se refere à Jurisdição e Competência, marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- c) A precedência da distribuição fixará a competência, quando, na circunscrição judiciária, houver um único juiz competente.**
- d) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- e) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

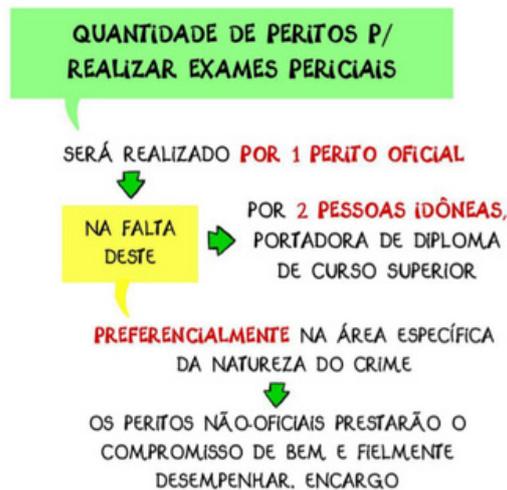


**LUGAR DA INFRAÇÃO**

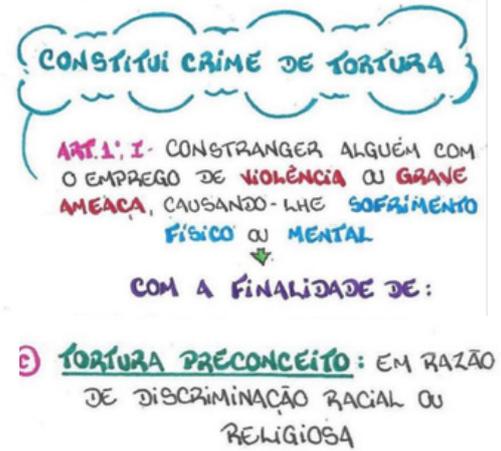


47. Com base expressamente no que prevê o Código de Processo Penal Brasileiro, no que diz respeito ao instituto da Prova, marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- b) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- c) Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.
- d) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- e) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior, preferencialmente, na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.**



55. Os crimes de abuso de autoridade são aqueles cometidos por agente público, seja servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abusa do poder que lhe foi atribuído. A Lei 13.869, de 05 de setembro de 2019, tipifica os crimes de abuso de autoridade, especificando as suas respectivas penas. Dentre as alternativas abaixo, **NÃO** é considerado crime de abuso de autoridade:
- a) Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a exibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública.
  - b) Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo.
  - c) Submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo, se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações.
  - d) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa.
  - e) Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado.



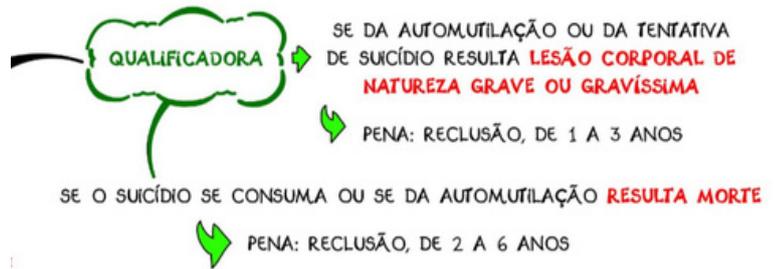
54. A decisão que defere a interceptação telefônica, bem como as suas prorrogações, deve conter, obrigatoriamente, com base em elementos do caso concreto, a indicação dos requisitos legais de justa causa e da imprescindibilidade da medida para a obtenção da prova. É perfeitamente cabível a interceptação de comunicações telefônicas para que seja obtida prova em investigação criminal e, também, na instrução processual penal. É **CORRETO** afirmar ainda que:
- a) A interceptação de comunicações telefônicas dependerá de ordem do juiz competente da ação principal e sob sigilo de justiça.
  - b) É admitida a interceptação de comunicações telefônicas, quando o fato investigado constituir infração penal cuja pena é pecuniária.
  - c) A interceptação das comunicações poderá ser determinada pelo juiz a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, na investigação criminal, não podendo ocorrer de ofício pelo juiz.
  - d) O pedido de interceptação de comunicação telefônica somente poderá ser admitido, se for expresso, nunca de forma verbal.
  - e) O juiz terá um prazo de, no máximo cinco dias, para decidir acerca do pedido de interceptação de comunicação telefônica.



Veja mais exemplos 

## Delegado SP 2023

11. Com relação ao "induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação" é correto afirmar que o crime
- (A) só se configura se a vítima atenta contra a própria vida, produzindo em si, ao menos, lesão corporal de natureza grave.
  - (B) tem pena aumentada se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.
  - (C) só se configura se a vítima atenta contra a própria vida.
  - (D) é qualificado se da conduta resulta morte.
  - (E) é privilegiado, com efetiva redução de pena, se a vítima não se mutila ou não atenta contra a própria vida.



## Delegado PE 2024

### Questão 17

Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens a seguir, no que se refere à possibilidade de delegação de cada uma das competências administrativas descritas.

- I edição de atos normativos
- II decisão acerca de recursos administrativos por meio da autoridade de maior hierarquia
- III deliberação sobre matérias de competência não exclusiva do órgão

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

|| JUSTIFICATIVAS ||

**DELEGAÇÃO:** TRANSFERIR A OUTRO O EXERCÍCIO DE DETERMINADA COMPETÊNCIA

**NÃO CABE DELEGAÇÃO**

- CE** - COMPETÊNCIA EXCLUSIVA
- NO** - EDIÇÃO DE ATOS **N**ORMATIVOS
- RA** - DECISÃO DE **R**ECURSOS ADMINISTRATIVOS



**AVOCAÇÃO:** SUPERIOR HIERÁRQUICO ATRAI PARTE DA COMPETÊNCIA ATRIBUÍDA AO SEU SUBORDINADO

## Delegado SP 2023

14. A lei processual penal aplicar-se-á prontamente,
- (A) a menos que o magistrado verifique situação de exclusão de direito de recurso do acusado.
  - (B) desde que haja concordância da defesa e do órgão de acusação.
  - (C) desde que favoreça o acusado.
  - (D) desde que ratificados expressamente os atos praticados na vigência da lei anterior.
  - (E) sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

TEORIA ADOTADA NO CPP

ART. 2 A LEI PROCESSUAL PENAL APLICAR-SE-Á DESDE LOGO, SEM PREJUÍZO DA VALIDADE DOS ATOS REALIZADOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI ANTERIOR.

**PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM:** A LEI É APLICADA DE **IMEDIATO** (SE FOR NORMA PURAMENTE PROCESSUAL)



EXCEÇÃO: PRISÃO PREVENTIVA, FIANÇA, PRAZO RECURSAL EM ANDAMENTO

## OAB 40°

Depois da ocorrência de calamidade de grandes proporções, em razão de enchentes causadas por chuvas cuja intensidade foi classificada como "sem precedentes", o Presidente da República vislumbra a possível necessidade de decretação de estado de defesa para combater o quadro caótico no qual se encontram quatro estados de uma determinada região do país. Depois de visitar o local, ele tem dúvidas acerca do prazo de duração da medida e, por isso, submete a proposta à apreciação de sua assessoria jurídica.

Assinale a afirmativa que, em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, deve ser adotada

- A) O Presidente da República tem poder discricionário para definir o prazo de duração, desde que haja aprovação prévia do Congresso Nacional.
- B)** O tempo de duração não será superior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- C) O tempo para a superação da crise que deu origem à decretação pelo Presidente da República não pode ultrapassar uma sessão legislativa.
- D) O tempo de duração será definido discricionariamente, em respeito ao princípio da separação de poderes, pelo Congresso Nacional.

ESTADO DE DEFESA	
NO ESTADO DE DEFESA, O <b>PRESIDENTE DECRETA</b> E O ESTADO E DEPOIS COMUNICA AO CONGRESSO	D=D
<b>PRESIDENTE OUVI</b> O CONSELHO DA REPÚBLICA E O CONSELHO NACIONAL	
OBJETIVO: PRESERVAR OU RESTABELECER/A <b>ORDEM PÚBLICA AMEAÇADOR POR GRAVE E IMINENTE INSTABILIDADE INSTITUCIONAL</b> OU EM CASO DE <b>CALAMIDADE DE GRANDES PROPORÇÕES DE NATUREZA</b>	1-
<b>DECRETO DETERMINARÁ</b>	
1- TEMPO DE DURAÇÃO → <b>MÁXIMO 30 DIAS PRORROGÁVEL + 30</b> 2- <b>ÁREAS ABRANGIDAS</b> 3- <b>MEDIDAS COERCITIVAS</b>	3- 1 1
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;">RESTRICÇÕES DE DIREITO</div> <ul style="list-style-type: none"> <li>• OCUPAÇÃO E USO TEMPORÁRIO DE BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS</li> <li>• REUNIÃO</li> <li>• SIGILO DE CORRESPONDÊNCIA</li> <li>• SIGILO DE COMUNICAÇÕES TELEGRÁFICAS E TELEFÔNICAS</li> </ul>	DI

## OAB 40°

16

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) é apresentada por um grupo de deputados federais, conforme autoriza a ordem constitucional, cujo objeto é a alteração do Art. 60, § 4º, inciso II, da CRFB/88, que passaria a ter a seguinte redação: *o voto direto, aberto, universal e periódico.*

Depois de apertada aprovação nas comissões competentes, os autores da proposta solicitaram ao Presidente da Câmara dos Deputados que colocasse a referida PEC na pauta do plenário da Casa Legislativa, o que foi atendido. Paralelamente, outro grupo de parlamentares, ao perceber que, pela movimentação política, a PEC possivelmente seria aprovada, procura uma ação jurídica para impedir tal votação pelo plenário da Casa.

A respeito da ação jurídica capaz de impedir tal votação pelo plenário da Casa, segundo o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, assinale a afirmativa correta.

- A) Em razão da afronta à cláusula pétrea do voto secreto, qualquer legitimado a deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade pode ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal.
- B) Com se está perante matéria *interna corporis* do Congresso Nacional, que só pode ser apreciada no âmbito do Poder Legislativo, a referida PEC, enquanto não for promulgada e se transformar em ato normativo existente e eficaz, não pode ser objeto de nenhum tipo de controle pelo Poder Judiciário.
- C) Por afronta a preceito fundamental, um legitimado pode ajuizar Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição da República.
- D)** Em razão da inobservância das limitações constitucionais materiais ao poder de emendar a Constituição, qualquer deputado federal tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal.

QTO AO MOMENTO DO CONTROLE	
PRÉVIO OU PREVENTIVO	
ATINGE A NORMA AINDA EM <b>FASE DE ELABORAÇÃO</b> , NO CURSO DO TRÂMITE LEGISLATIVO	
LEGISLATIVO	<b>CCJ</b> : TEM A FINALIDADE DE AVALIAR A CONSTITUCIONALIDADE DOS PROJETOS DE LEI OU EMENDA <b>ANTES DA SUA VOTAÇÃO</b>
	<b>PLENÁRIO</b> : CADA CASA POSSUI UM PLENÁRIO, ASSIM, SE A CCJ ENTENDER QUE O PL É CONSTITUCIONAL, O PLENÁRIO DA CASA PODE DISCORDAR.
	<b>DELEGAÇÃO ATÍPICA</b> : ART.68, §3º CF/88
EXECUTIVO	<b>VELO JURÍDICO</b> . HIPÓTESE EM QUE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA MANIFESTA SUA DISCORDÂNCIA AO <b>PROJETO DE LEI</b> AO ARGUMENTO DE QUE ELE É INCONSTITUCIONAL
JUDICIÁRIO	QUANDO O PARLAMENTAR IMPETRAR <b>MANDADO DE SEGURANÇA</b> A FIM DE PUGNAR PELA INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO

- A LEGITIMIDADE É **EXCLUSIVA DO PARLAMENTAR**.
- DEVE SER APRESENTADO POR PARLAMENTAR **INTEGRANTE DA CASA LEGISLATIVA** NA QUAL A MEDIDA SE ENCONTRA EM TRAMITAÇÃO
- É **EXCLUSIVA** A CONDIÇÃO DE PARLAMENTAR P/ INTERPOR MS A FIM DE EXERCER CONTROLE JUDICIAL PREVENTIVO
- **PERDA** SUPERVENIENTE DA CONDIÇÃO DE **PARLAMENTAR É CAUSA EXTINTIVA**, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO DO MS

## Delegado SP 2023

21. No que concerne à cadeia de custódia, o ato de transferir o vestígio de um local para o outro, utilizando as condições adequadas, de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle de sua posse, denomina-se:

- (A) preservação.
- (B) coleta.
- (C) armazenamento.
- (D) fixação.
- (E) transporte.

ACONDIÇÃOAMENTO: VESTÍGIO É **EMBALADO DE FORMA INDIVIDUALIZADA**

RECIPIENTE É DETERMINADO PELA NATUREZA DO MATERIAL (SE O LACRE FOR ROMPIDO, ACONDICIONA EM NOVO RECIPIENTE)

TRANSPORTE: ATO DE **TRANSFERIR** O VESTÍGIO DE UM LOCAL PARA OUTRO

RECEBIMENTO: ATO FORMAL DE **TRANSFERÊNCIA DA POSSE** DO VESTÍGIO

PROCESSAMENTO: **EXAME PERICIAL EM SI,**

MA

2 FASES

EA

## Delegado SP 2023

28. Constitui falta grave cometida pelo condenado à pena privativa de liberdade, expressamente prevista na LEP:

- (A) recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.
- (B) simular moléstia ou doença grave.
- (C) negligenciar a higiene pessoal ou asseio da cela ou alojamento.
- (D) deixar de indenizar a vítima, se possível fazê-lo, pelo crime a que condenado.
- (E) faltar com urbanidade e respeito aos demais condenados.

**CONSTITUI FALTA GRAVE A RECUSA DO CONDENADO EM SUBMETTER-SE AO PROCEDIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL GENÉTICO**

## Delegado PE 2024

### Questão 20

A prerrogativa da administração pública de invalidar atos administrativos ilegítimos e revogar atos administrativos inoportunos caracteriza a aplicação do princípio administrativa

- A supremacia do interesse público.
- B indisponibilidade.
- C continuidade.
- D autotutela.
- E finalidade.

### AUTOTUTELA/ SINDICABILIDADE

A ADMINISTRAÇÃO TEM A PRERROGATIVA DE **REVER OS SEUS PRÓPRIOS ATOS** INDEPENDENTEMENTE DE PROVOCAÇÃO. PARA REVOGAR **OU ANULAR**

**NÃO** AFASTA A TUTELA JURISDICIONAL

**TUTELA:** A ADMINISTRAÇÃO EXERCE CONTROLE SOBRE PESSOA JURÍDICA POR ELA INSTITUÍDA  
↳ **NÃO CONFUNDA**

ATO ILEGAL -> ANULAÇÃO (EX TUNC)

## Delegado PE 2024

CEBRASPE – PCPE – Edital: 2023

### Questão 28

No que se refere aos crimes contra o patrimônio previstos no CP, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a restituição imediata, voluntária e integral do bem furtado constitui, por si só, motivo suficiente para

- A conversão do fato em irrelevante penal.
- B incidência do princípio da insignificância.
- C aplicação do instituto do arrependimento eficaz.
- D aplicação do instituto do arrependimento posterior.
- E desclassificação do crime para mera contravenção penal.

OCORRE QUANDO O RESPONSÁVEL PELO CRIME PRATICADO **SEM VIOLÊNCIA** OU GRAVE AMEAÇA À PESSOA, **VOLUNTARIAMENTE** E ATÉ O **RECEBIMENTO** DA DENÚNCIA OU QUEIXA, **RESTITUI A COISA OU REPARA O DANO PROVOCADO**



PONTE DE PRATA

NATUREZA



É CAUSA PESSOAL OBRIGATORIA DE

# Questões discursivas

## Delegado SP 2023

### QUESTÃO 2 – DIREITO ADMINISTRATIVO

- Em que consistem os atos administrativos negociais?
- Cite e explique os seus principais exemplos.
- O contrato administrativo é uma espécie de ato administrativo negocial? Fundamente.



### QUESTÃO 4 – DIREITO CONSTITUCIONAL

A respeito do Controle de Constitucionalidade das leis e normas no Direito Brasileiro, discorra sobre:

- A participação de cada um dos Poderes nessa atividade;
- As vias judiciais de controle concentrado existentes perante o STF;
- A competência de cada um dos órgãos e seu respectivo quórum necessário para declaração da inconstitucionalidade de lei ou norma, bem como;
- O efeito produzido nas decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal.

QTO À NATUREZA DO ÓRGÃO CONTROLADOR	
LEGISLATIVO	CONTROLE PARLAMENTAR <b>DIRETO</b> (MANIFESTA A VONTADE POPULAR) OU PELO TRIBUNAL DE CONTAS
JUDICIAL	REALIZADO PELO PODER JUDICIÁRIO, <b>MEDIANTE PROVOCAÇÃO DE QUALQUER INTERESSADO QUE ESTEJA</b> SOFRENDO LESÃO OU AMEAÇA DE LESÃO. APENAS NO ASPECTO DA LEGALIDADE
ADMINISTRATIVO	PODER DE <b>AUTOTUTELA</b> DA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE PROVOCAÇÃO OU DE <b>OFÍCIO</b>

CONTROLE CONCENTRADO OU RESERVADO
EXERCIDO SOMENTE <b>POR UM ÚNICO ÓRGÃO (STF OU TJ)</b>
É TRAÇO CARACTERÍSTICO DO <b>SISTEMA AUSTRIACO EUROPEU</b>
INTRODUZIDO NA CONSTITUIÇÃO BR DE 1934
EM REGRA, DECISÃO TEM EFEITOS <b>ERGA OMNES E EX TUNC</b>

QUÓRUNS EM ADI/ADC	<ul style="list-style-type: none"> <li>INSTAURAÇÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO</li> <li>MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS DA DECISÃO</li> </ul>	2/3 - 8 MINISTROS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>DELIBERAÇÃO/MÉRITO</li> <li>MEDIDA CAUTELAR EM ADI/ADC/ADO</li> </ul>	MAIORIA ABSOLUTA - 6 MINISTROS

**CLÁUSULA DE RESERVA DO PLENÁRIO (FULL BENCH):** SIGNIFICA QUE, SE UM TRIBUNAL FOR DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DE UMA LEI OU ATO NORMATIVO, É OBRIGATÓRIO QUE ESSA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE SEJA FEITA PELO VOTO DA MAIORIA ABSOLUTA DO PLENÁRIO OU DO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE TRIBUNAL.

## Delegado PE 2024

CEBRASPE – PCPE – Edital: 2023

### QUESTÃO 2

À luz do direito penal, conceitue o excesso e explique as quatro formas de excesso existentes (doloso, culposo, acidental e exculpante). [valor: 11,40 pontos]

### QUESTÃO 2 – RASCUNHO

